



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8120

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Valcir Soares da Silva

**Data:** 13/03/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 46/2012. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal ao “Instituto de Saúde Auditiva Norte de Minas”, com sede na rua Santa Maria, nº 86, bairro Todos os Santos. (Referente à Lei nº 4.491, de 22/03/2012).

**Controle Interno – Caixa:** 25.10

**Posição:** 19

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Utilidade pública  
Cx: 25.10  
Ordem: 19  
nº fls: 29



Nº 19/2012

20.03.2012

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 46/2012.

AUTOR:

Ver. Valcir Soares Silva.

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto de Saúde Auditiva Norte de Minas.

Entrada em 13/03/2012  
Comissão de Legislação e Justiça.

MOVIMENTO

- 1 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 2 - EM 20.03.2012
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

PROJETO DE LEI N.º 46 /2012

As COMISSÕES  
13/03/2012  
*[Signature]*

**“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública”**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **“INSTITUTO DE SAUDE AUDITIVA NORTE DE MINAS”**, inscrita no CNPJ sob o n. 97.546.764/0001-19, com sede à Rua Santa Maria nº86 Bairro Todos os Santos, Montes Claros, MG.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal 12 de Março de 2012

*[Signature]*  
**Valcir Soares Silva.**

Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 13 DE MARÇO DE 2012  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
RÉGIME DE URGÊNCIA  
EM 22 DE MARÇO DE 2012  
PRESIDENTE



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 46/2012**

**AUTOR: Ver. Valcir Soares Silva**

**MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto de Saúde Auditiva Norte de Minas"**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 13/03/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/03/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto pretende conceder título declaratório de utilidade pública municipal ao Instituto de Saúde Auditiva Norte de Minas.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o referido projeto não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, tendo em vista que o mesmo atende os requisitos previstos em lei e respectiva alteração, foram juntados os documentos previstos em lei para a concessão do referido título e trata de assunto de interesse local.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 16 de março de 2012

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá:

A. Silva

Vice-Presidente – Ver. Athos Mameluque Mota

[Assinatura]

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

[Assinatura]





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 046/2012 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL AO INSTITUTO DE SAÚDE AUDITIVA NORTE DE MINAS”, DE AUTORIA DO VEREADOR VALCIR SOARES SILVA.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de março de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605